

por que precisamos
de ter filhos?





GRANDE PARTE DOS SISTEMAS EUROPEUS DE SUSTENTAÇÃO SOCIAL ESTÃO CONCEBIDOS TENDO POR BASE A SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES. QUANDO ESTA SE TORNA FRÁGIL, PORQUE NASCEM MENOS CRIANÇAS, É TODO UM ESTILO DE CIVILIZAÇÃO QUE É POSTO EM CAUSA.

Texto de **Elsa Páscoa**

Por que razão decidimos ter filhos? Por amor, para nos realizarmos pessoal e familiarmente, por um sentido de continuidade, por impulso biológico, por imperativo social mais ou menos assumido, por, por, por... A lista de justificações é infindável e é pouco provável que algum dia seja encontrada a equação que explica totalmente o que leva a esmagadora maioria das pessoas a querer assegurar descendência. O facto é que queremos e, até há poucas décadas, não só garantíamos a substituição das gerações nas sociedades ocidentais como as taxas de natalidade asseguravam o crescimento sustentado da população.

Hoje, o cenário inverteu-se e a maior parte dos países desenvolvidos luta não só pela manutenção do seu número de habitantes como há muito trava uma batalha contra o declínio dos sistemas de apoio social que se baseiam na solidariedade intergeracional. Precisamos que os nossos filhos assegurem parte da nossa qualidade de vida no futuro, como nós próprios estamos a sustentar essa qualidade de vida dos nossos pais e avós. Tal como em muitos outros campos, quanto menos crianças tivermos mais sombrias serão as próximas décadas. Cabe-nos procurar inverter esta perspectiva.

OPORTUNIDADES PARA TODOS

Em meados do século XX, fruto da forte expansão económica do pós-Segunda Guerra Mundial e de um crescimento demográfico que parecia imparável, a Europa concebeu, e colocou em prática, um conceito alargado de previdência, protecção e segurança das populações que ficou conhecido como Modelo Social Europeu (MSE). Inédito a nível mundial, consagrava um conjunto abrangente de garantias e direitos, que visavam a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, independentemente da sua classe social de origem. A universalidade do acesso à Educação e à Saúde são os exemplos mais flagrantes da aplicação concreta destes princípios.

Na base da firmeza de toda esta arquitectura estavam vários pressupostos: economias cada vez mais sólidas – com níveis altos e constantes de emprego – e um número

suficiente de trabalhadores no activo, cujas contribuições para a Segurança Social garantiam o pagamento da extensa rede de subsídios e pensões de que beneficiavam os não-activos, leia-se essencialmente as crianças, os jovens e os idosos. Com níveis de natalidade sólidos garantia-se a sustentabilidade do MSE, mais não fosse pela força dos números, dado que era dado adquirido um contingente sempre crescente de contribuintes líquidos.

No entanto, há cerca de 25 anos tudo começou a mudar. À inversão das pirâmides demográficas, com o nascimento de cada vez menos bebés e o aumento da esperança de vida – vieram juntar-se ciclos económicos pouco brilhantes, que tiveram como resultado uma desaceleração do crescimento, perda de competitividade e aumento do desemprego.

Em termos concretos, isto significou que, na concepção clássica, já não existia população jovem suficiente para garantir os direitos adquiridos dos mais velhos, de quem não pode ou não tem trabalho e mesmo nos campos da Educação, Saúde e outros modelos estruturantes das sociedades europeias, os cofres pareciam estar cada vez mais vazios.

Como não poderia deixar de acontecer, o Modelo Social Europeu, e em especial os esquemas clássicos de Segurança Social, foram afectados, chegando-se rapidamente à conclusão de que estava mesmo em causa a sustentabilidade do cenário que vigorava

há cerca de meio século.

Os países do Norte da Europa, onde grande parte dos conceitos de Estado-previdência tiveram origem, foram os primeiros a reagir. Empreenderam reformas nos sistemas de pensões que os tornaram sustentáveis a longo prazo (mesmo com o sacrifício de alguns direitos anteriormente dados por adquiridos), reestruturaram o mercado de trabalho (promovendo maior flexibilidade na obtenção de trabalho e despedimentos, mas mais segurança para os trabalhadores – a chamada flexisegurança), procuraram cumprir orçamentos equilibrados na óptica da despesa do Estado e, principalmente, aplicaram medidas para travar a quebra de natalidade, com resultados visíveis.

Precisamos que os nossos filhos assegurem parte da nossa qualidade de vida, tal como fazemos aos nossos pais e avós

Suécia, Finlândia e Dinamarca, entre outros, conseguiram criar modelos híbridos, adequados ao seu estado de desenvolvimento e condicionantes demográficas. Investiram de modo maciço em formas inovadoras de tecnologia e educação, o que garantiu bons níveis de competitividade laboral e económica, ao mesmo tempo que tentavam recuperar o tempo perdido, procurando que nascessem mais crianças. O Modelo Social Europeu de inspiração nórdica pode não ter as mesmas características que o inicial, mas continua a necessitar que as gerações se substituam e sejam solidárias umas com as outras.

André Sapir, professor da Universidade Livre de Bruxelas e autor do estudo «A Globalização e a Reforma dos Modelos Sociais Europeus» defende que «os modelos que funcionam bem hoje em dia são aqueles que protegem as pessoas e não os empregos existentes», tal como se procurou em primeiro lugar no Norte da Europa e depois em outros países da Europa comunitária, entre os quais Portugal, com resultados que, em muitos casos, ainda estão por avaliar.

E, num relatório elaborado sobre as características do Modelo Social para o futuro, o Parlamento Europeu reconheceu as virtudes do que foi posto em prática nas latitudes nórdicas. «A sustentabilidade depende tanto do êxito da estratégia para o crescimento e para o emprego, como das reformas introduzidas no próprio modelo. A base para a reforma é um contexto dinâmico, orientado para a inovação e compatível com a actividade empresarial, que respeite o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar e reconheça a necessidade de segurança dos cidadãos, numa sociedade em rápida mudança», pode ler-se no documento, que pretende funcionar quase como uma cartilha para os novos tempos.

EM PORTUGAL

Em Portugal, os estudiosos destas questões são quase unânimes em afirmar que o Estado-previdência clássico nunca chegou a verificar-se na totalidade e foi mesmo instituído em contradição com o resto da Europa. E os efeitos sentem-se até à actualidade, tornando mais urgente a tarefa de mudança.

Diz a socióloga Sílvia Ferreira, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que as características da rede social no nosso país são a «grande polarização em termos de níveis de protecção», em que os trabalhadores melhor integrados usufruem de apoios razoáveis «na doença, maternidade e paternidade, desemprego, velhice, invalidez e sobrevivência». Em contrapartida, «para os trabalhadores que estão em situação de emprego atípico ou fora do mercado de trabalho, o sistema possui uma fraca ou nula protecção», considera a académica, para quem os portugueses possuem «o sistema de Segurança Social mais ineficaz na redução da pobreza, na redistribuição dos rendimentos e na redução das desigualdades sociais.»

Sendo assente a ideia de que era necessária a reforma, o

primeiro grande debate girou à volta do futuro da Segurança Social, com destaque para o campo das pensões e dos subsídios de carácter laboral. Em resultado da aprovação da Lei de Base da Segurança Social, foi instituído o factor de sustentabilidade, que liga o cálculo do montante das pensões ao aumento da esperança média de vida e coloca a tónica no incentivo aos «esquemas privados de segurança social». Afirmo o Governo que as alterações aprovadas asseguram que o sistema será sustentável nas próximas três décadas, abrindo-se também a porta para um eventual esquema misto, em que o Estado e os particulares dividirão responsabilidades.

Há quem aponte fragilidades ao modelo adoptado, dado que grande parte do sucesso assentará em crescimentos médios do Produto Interno Bruto – ou seja da riqueza nacional – na ordem dos dois por cento ao ano e num aumento sustentado da natalidade em Portugal nas próximas décadas. Ora, estes são dois factores impossíveis de prever com a dose de confiança necessária para sossegar todos os espíritos. Por todas as razões e mais algumas, precisamos mesmo muito, e cada vez mais, das nossas crianças. ■